

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO
DISCIPLINA: Governança Eletrônica e Gestão de Riscos

Carga horária: 45 h/a

Optativa

EMENTA:

Conceito de governança e suas principais teorias. Governança eletrônica: conceitos e histórico. Governo Eletrônico: conceitos, histórico. Aplicação da governança eletrônica na gestão pública e na gestão privada. E-serviços. E- democracia. E-cidadania. Gestão Integrada de Riscos Corporativos: conceitos e histórico.

OBJETIVOS:

- *Apresentar o conceito de governança eletrônica;*
- *Discutir as relações entre governo, governo eletrônico, governança e governança eletrônica;*
- *Apresentar as principais teorias que embasam as questões de governança;*
- *Conhecer as principais práticas de governança eletrônica adotadas por diferentes países;*
- *Apresentar o conceito de gestão integrada de riscos;*
- *Conhecer os principais modelos de gestão integrada de riscos;*
- *Discutir como a governança eletrônica pode afetar a gestão integrada de riscos das empresas;*

METODOLOGIA:

- Aulas expositivas;
- Leitura dirigida;
- Seminários;
- Simulação de decisões gerenciais;
- Discussões em grupo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO COM CRONOGRAMA:

Aula Nº	Conteúdo
1.	Apresentação da disciplina (plano de ensino e cronograma). Estabelecimento do Contrato Didático.
2.	Introdução ao conceito de governança
3.	Teorias de governança
4.	Mecanismos e boas práticas de governança
5.	Governo eletrônico
6.	Governança eletrônica
7.	Gestão integrada de riscos
8.	Modelos de gestão integrada de riscos
9.	Integração entre gestão de riscos e governança eletrônica
10.	Casos de gestão de riscos atrelados à governança eletrônica
11.	Apresentação dos artigos

AValiação DE APRENDIZAGEM COM INSTRUMENTOS APLICADOS:

- Resenhas individuais – 25%
- Seminários em grupos – 25%
- Artigo tecnológico (individual) – 50%

BIBLIOGRAFIAS

Básica

1. Bannister, F., & Connolly, R. (2012). Defining e-governance. *e-Service Journal: A Journal of Electronic Services in the Public and Private Sectors*, 8(2), 3-25.
2. Silveira, A. D. M. (2015). *Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática*. Elsevier Brasil.
3. Bromiley, P., McShane, M., Nair, A., & Rustambekov, E. (2015). Enterprise risk management: Review, critique, and research directions. *Long Range Planning*, 48(4), 265-276.

Complementar

1. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2009). *ABNT NBR ISO 31.000:2009. Gestão de Riscos: princípios e diretrizes*.
2. Backus, M. (2001). E-governance in Developing Countries: Introduction and examples. *IICD Research Brief*, Research Report, 3,1-51.
3. Bannister, F., & Connolly, R. (2015). The great theory hunt: Does e-government really have a problem? *Government Information Quarterly*, 32(1), 1-11.

4. Beuren, I. M., Moura, G. D. D., & Kloeppe, N. R. (2013). Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros. *Revista Administração Pública*, 47(2), 421-441.
5. Chahin, A., Cunha, M. A., Knight, P. T., & Pinto, S. L. (2004). *e-gov.br: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia : o governo eletrônico no Brasil e no mundo*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
6. COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (2007). *Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada*, 2.ed.
7. Cunha, M. A. V. C. D., & Miranda, P. R. D. M. (2013). O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. *Organizações & Sociedade*, 20, 543-566.
8. Dawes, S. S. (2008). The evolution and continuing challenges of e-governance. *Public Administration Review*, 68, S86-S102.
9. Dickinson, G. (2001). Enterprise risk management: Its origins and conceptual foundation. *The Geneva Papers on Risk and Insurance. Issues and Practice*, 26(3), 360-366.
10. Diniz, E. H., Barbosa, A. F., Junqueira, A. R. B., & Prado, O. (2009) O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. *Revista de Administração Pública*, 43(1), 23-48.
11. Gil-García, J. R., & Pardo, T. A. (2005). E-government success factors: Mapping practical tools to theoretical foundations. *Government Information Quarterly*, 22(2), 187-216.
12. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. (2017). *Gerenciamento de riscos corporativos: evolução em governança e estratégia*.
13. Joia, L. A. (2009). Governo eletrônico e capital intelectual nas organizações públicas. *Revista de Administração Pública*, 43(6), 1379-1405.
14. Layne, K., & Lee, J. (2001). Developing fully functional E-government: A four stage model. *Government information quarterly*, 18(2), 122-136.
15. Mello, G. R. D. (2009). *Estudo das práticas de governança eletrônica: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão dos estados brasileiros* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo).
16. Murcia, F. C. S., Murcia, F. D., Rover, S., & Borba, J. A. (2014). The determinants of credit rating: Brazilian evidence. *Brazilian Administration Review*, 11(2), 2014.
17. Pontoh, W. (2016). The motives behind dividend policy. *International Journal in Economics and Business Administration*, 4(2), 29-40.

18. Scalet, S., & Kelly, T. F. (2012). The ethics of credit rating agencies: What happened and the way forward. *Journal of Business Ethics*, 111(4), 477–490.
19. Schiozer, R., & Saito, R. (2009). The determinants of currency risk management in Latin American non financial firms. *Emerging Markets Finance & Trade*, 45, 49-71.
20. Yildiz, M. (2007). E-government research: Reviewing the literature, limitations, and ways forward. *Government information quarterly*, 24(3), 646-665.
21. Zietti, M. V. M. (2016). *Relação entre os sistemas de governo eletrônico e de gestão de riscos: estudo de caso em empresa de serviço contábil* (Tese de Doutorado, Universidade Regional de Blumenau).